



SENADO FEDERAL



CONTRATO Nº 2018/0013

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa **A7 TECHNOLOGY BUSINESS AND SERVICE LTDA.** para a prestação de serviço de atendimento especializado aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do Senado Federal, realizado por equipe técnica residente, para atendimento às demandas de manutenção, programação e configuração das linhas e aparelhos telefônicos móveis, instruções de uso e demais serviços correlatos, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **A7 TECHNOLOGY BUSINESS AND SERVICE LTDA.**, com sede na Rua Castro Alves nº 624, Água Verde, Curitiba – PR - CEP: 80.240-270, fax nº (41) 3312-8001, telefone nº (41) 3312-8005, e-mail: linario@a7technology.com.br, CNPJ-MF nº 05.221.579/0001-36, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. LINÁRIO MARÇAL, CI. 1.975.934-2, expedida pela SSP/PR, CPF nº. 359.516.999-91, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 122/2017**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento nº 00100.191871/2017-51 do Processo nº 00200.003905/2017-31, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.004412/2018-28, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 11 de 2017, do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviço de atendimento especializado aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do Senado Federal, realizado por equipe técnica residente, para atendimento às demandas de manutenção, programação e configuração das linhas e aparelhos telefônicos móveis, instruções de uso e demais serviços correlatos, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:



SENADO FEDERAL

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II** - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- III** - apresentar cópia autenticada e reconhecida pela Superintendência Regional do Trabalho/DF – SRTE/DF da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;
- IV** - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- V** - designar formalmente e manter preposto em Brasília, cuja indicação deverá ter a concordância do gestor, para representá-la perante a Administração durante todo o período de vigência do contrato, não podendo este ser um dos empregados vinculados a este contrato;
- VI** - manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, conforme especificações estabelecidas no Anexo 3, em até 30 (trinta) dias corridos após o início da execução do contrato, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;
- VII** - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:
- a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e
 - b) documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;
- VIII** - comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos, inclusive as faltas ocorridas, sendo as folhas rubricadas pelas partes;
- IX** - fornecer relógio de ponto, com coletor biométrico, que emite comprovantes do horário de entrada e saída, em até 30 dias corridos após início da execução do contrato;
- X** - com exceção do gozo de férias, quando não haverá substituição, substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:
- a) falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da comunicação da ausência;



SENADO FEDERAL

- b) licenças;
- c) solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;
- d) automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;
- e) quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
- f) sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

XI – efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, conforme fixado por decisão da Comissão Diretora na 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria específica, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XII – fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XIII - comprovar qualificação da equipe técnica, conforme Anexo 2, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

XIV - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XV – efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;

XVI – registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no item anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.



SENADO FEDERAL

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

XVII – selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.

XVIII - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Anexo 2 do edital).

a) reciclar os conhecimentos de sua equipe com, pelo menos, 1 (um) curso de treinamento por ano, com carga mínima de 40 hs/aula, no ramo de telecomunicações móveis ou no trato ao atendimento de usuários, a ser escolhido em comum acordo entre o fiscal e o preposto da Contratada. Ao final do curso, terá que emitir o certificado com as horas cursadas, aproveitamento e nome da instituição que o ministrou.

XIX – observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria (SINDIMEST), efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

XX – manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.

XXI – manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.

XXII- prestar os serviços objeto do contrato por meio de empregados comprovadamente especializados e treinados;

XXIII - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios, no Complexo Arquitetônico do Senado Federal;

XXIV- responsabilizar-se por seus empregados, ficando o SENADO isento de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, inclusive trabalhista;

XXV- responsabilizar-se por qualquer atendimento médico de seus empregados, por acidente ou mal súbito, ocorrido no horário de expediente;

XXVI- fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

XXVII- apresentar no primeiro mês da prestação dos serviços a seguinte documentação:



SENADO FEDERAL

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

XXVIII- entregar ao gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XXIX- entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXX- entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.



SENADO FEDERAL

XXXI- apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXVII.

XXXII- entregar o modelo de autorização constante no Anexo 16 do edital assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

XXXIII- providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da comunicação do SENADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

I – O disposto neste parágrafo deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte;

II – Caso a proposta apresentada pela contratada apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 122/2017.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Não haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.

PARÁGRAFO NONO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO- Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATADA deve manter sob sigilo as informações que vier a tomar conhecimento por força desta proposição, abstendo-se de divulgá-las.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05, de 2011, e Decreto nº 7.203, de 2010.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

V - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida, que venha a prejudicar o bom andamento dos serviços ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;



SENADO FEDERAL

IX- exigir e conferir todos os documentos previstos no Capítulo XII do Edital, que habilitou a CONTRATADA, como condição para a prorrogação deste contrato;

X- propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

XI - liberar a garantia contratual, desde que não constatada qualquer pendência, inclusive quanto ao recolhimento dos encargos sociais por parte da CONTRATADA;

XII - efetuar o pagamento conforme valores constantes na planilha de formação de preço e o Acordo de Nível de Serviço (ANS) obtido, constantes das Cláusulas Quinta e Sexta, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da nota fiscal com a discriminação dos serviços, ficando condicionado à prévia atestação do gestor e do fiscal e à apresentação da garantia prevista nessa especificação;

XIII – havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada, ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, suspender o pagamento até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário e aos empregados da CONTRATADA, o SENADO deve encaminhar os fatos à deliberação superior, com vistas a oficializar os órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços dar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação dos serviços será realizada nas dependências do Senado Federal, por 12 (doze) meses, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 20h00, ininterruptamente, distribuída em turnos de 6 horas. O controle de presença dar-se-á por meio de relógio de ponto com coletor biométrico e impressão de comprovantes de entrada e saída.

I- A frequência será registrada diariamente, em equipamento biométrico, no mínimo em 2 (duas) etapas, no início e final de expediente do empregado, e estará sob exclusiva responsabilidade da empresa contratada;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prestação dos serviços fora do horário ordinário estabelecido no parágrafo primeiro deverá ser previamente solicitada ou autorizada pelo Gestor deste contrato, de acordo com as necessidades do serviço, desde que devidamente justificada.



SENADO FEDERAL

I- Para cobrir as restantes horas do dia, inclusive finais de semana e feriados, a Contratada, quando solicitado pelo fiscal, se obriga a disponibilizar pessoal suficiente para a execução dos serviços demandados, sem que isso implique qualquer pagamento adicional por parte do Senado Federal. Para tanto, sugere-se a adoção de banco de horas como forma de compensação desses períodos.

II- Quando da realização de sessões extraordinárias no Senado Federal, fora dos dias e horários normais de funcionamento, caso julgado necessário pelo fiscal, a equipe técnica permanecerá de plantão, até o encerramento dos trabalhos legislativos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para serviços em horários extraordinários, inclusive finais de semana e feriados, a CONTRATADA, quando solicitado pela Coordenação de Telecomunicações, se obriga a disponibilizar profissionais suficientes para a execução dos serviços solicitados, adotando-se o banco de horas como forma de compensação destes períodos, antes de eventual cobrança de hora extra.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá cumprir orientação complementar do fiscal do contrato quanto à execução e horário de realização dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO- Não haverá previsão para reposição de funcionários por motivo de férias, para que não se onere o contrato. Desta forma, caberá ao fiscal indicar quando os empregados poderão gozar férias, dando preferência aos períodos de demandas menores por serviços, tais como janeiro, julho e dezembro.

PARÁGRAFO SEXTO- Será exigido de todos os funcionários e prepostos da CONTRATADA o uso de identificação externa, na forma definida pela Administração do SENADO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá desenvolver todas as atividades relacionadas abaixo, divididas em 3 (três) grupos.

I - Atividades Administrativas:

- Organização e classificação das faturas das operadoras de telefonia móvel;
- Digitalização de documentos;
- Elaboração de expedientes administrativos;
- Sistema SIGAD (recebimento e tramitação de documentos e processos);
- Elaboração e atualização das listas de acessos dos usuários do SMP (Senadores e Servidores);
- Controle das dispensas, exonerações, aposentadorias e cessões dos usuários de linhas institucionais;
- Gestão de processos (instrução) referentes às solicitações das prestadoras do SMP (acesso dos técnicos aos equipamentos, instalações de novos equipamentos e/ou ampliações, etc.);
- Gestão de processos (instrução) referentes às novas habilitações de linhas de voz e dados;
- Gestão de processos (instrução) referentes às atualizações de responsáveis pelas de linhas de voz e dados;



SENADO FEDERAL

- Atualização dos cadastros de usuários, aparelhos e linhas, em sistema próprio (ADM Telecom);
- Conferência e auditoria das faturas do SMP;
- Controle e apuração dos excedentes de cota, regulamentada por meio da Decisão da Comissão Diretora, de 12/7/2006 e pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 44/2009, ou por Ato que vier a ser publicado;
- Gestão dos empréstimos de linhas de voz e de dados;
- Elaboração de Relatórios Gerenciais.

II - Atividades de Relacionamento com a Contratada do SMP:

- Gestão das ativações, bloqueios e suspensões das linhas de voz e dados;
- Encaminhamento e acompanhamento das falhas reportadas pelos usuários das linhas de voz e dados à operadora;
- Habilitação/deshabilitação de roaming internacional para as linhas de voz e dados;
- Habilitação/deshabilitação de serviços (caixa postal, siga-me, identificador de chamadas, etc);
- Trocas de números das linhas de voz e dados;
- Trocas de SIM CARDS das linhas de voz e dados;
- Controle de estoque dos aparelhos celulares entregues ao Senado Federal em comodato;
- Devolução dos aparelhos danificados para operadora, para substituição e laudo;
- Comunicação dos casos de furto, roubo ou extravio à operadora (encaminhamento de Boletim de Ocorrência);
- Contratação de pacotes adicionais de dados;
- Procedimento de transferência de titularidade de linhas (pessoa física para o Senado Federal e vice-versa);
- Procedimento de portabilidade de linhas (de outras operadoras para aquela contratada para a prestação do SMP pelo Senado Federal);

III - Atividades Técnicas:

- Manutenções corretivas em primeiro nível (ajustes e configurações de linhas e/ou aparelhos);
- Transferência, configuração e sincronização de agenda;
- Transferência, configuração e sincronização de correio eletrônico em dispositivos móveis;
- Transferência de dados dos aparelhos celulares para outros aparelhos, para dispositivos de armazenamento portátil ou para computadores;
- Instrução de uso dos aparelhos disponibilizados aos usuários do SMP;
- Programação e configuração de aparelhos entregues aos usuários do SMP;
- Back-up dos aparelhos celulares, mediante solicitação dos usuários do SMP;
- Atualização do software dos aparelhos celulares, mediante solicitação dos usuários do SMP;
- Restauração às configurações de fábrica dos aparelhos colocados em estoque e daqueles devolvidos à contratada do SMP;



SENADO FEDERAL

- Acompanhamento de serviços prestados por técnicos das prestadoras do SMP (teste de sinal, manutenções, implantações, etc.);
- Atendimento personalizado aos Gabinetes;
- Atendimento personalizado às Residências Oficiais;
- Atendimento personalizado às Unidades Administrativas.

PARÁGRAFO OITAVO- Os profissionais da equipe técnica deverão obedecer aos seguintes padrões de conduta:

- I - Apresentar-se uniformizado e com asseio;
- II - Ser discreto e cortês;
- III – Zelar pelos equipamentos, ferramentas computacionais e peças que utilizar ou tiver acesso;
- IV - Guardar sigilo de todas as informações a que tiver acesso;
- V – Obedecer a padrões de atendimento estabelecidos pela Coordenação de Telecomunicações;
- VI - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observadas as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

PARÁGRAFO NONO- A CONTRATADA deverá comunicar, verbal e imediatamente, ao fiscal, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, no menor espaço de tempo possível, reduzirá a termo as comunicações verbais, em livro próprio, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos.

PARÁGRAFO DÉCIMO- O fiscal poderá solicitar a substituição de qualquer funcionário que não se alinhe às necessidades do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO- A CONTRATADA e seus empregados deverão obedecer a estrita confidencialidade no trato das informações recebidas e geradas em razão da execução do objeto deste contrato. Seu descumprimento será tratado como infração contratual grave, sujeito à multa e até à rescisão contratual, sem prejuízo de outras sanções, conforme Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos no edital, seus anexos e neste contrato, de acordo com os níveis de serviço e prazos abaixo especificados, estando sujeita a glosas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços (ANS).



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste ANS têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Contratada deverá garantir o cumprimento dos indicadores de desempenho para execução das atividades demandadas, conforme descrição que segue:

I- Nível de Serviço (NS): representa a porcentagem dos serviços executados dentro dos prazos estabelecidos neste ANS.

- a. O NS será apurado diariamente;
- b. O cálculo do percentual do NS diário será efetuado com auxílio de planilha eletrônica, onde apurar-se-á o percentual executado tempestivamente de todas as atividades solicitadas via ordem de serviço, obedecendo à seguinte fórmula:

Tabela 1 – Descrição dos Registros e Siglas

Descrição do Registro	Sigla
Quantidade de Atividades Demandadas	QAD
Quantidade de Atividades Executadas Intempestivamente	QAEI

$$\text{Nível de Serviço (\%)} = 100\% - \frac{\text{QAEI}}{\text{QAD}} \times 100\%$$

- c. O NS aceitável deverá ser no mínimo de 90% (noventa por cento);
- d. Planilhas de Cálculo de NS.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Quantidade de Atividades Demandadas (QAD) e a Quantidade de Atividades Executadas Intempestivamente (QAEI) serão extraídas do sistema ADM Telecom, desenvolvido por essa Coordenação de Telecomunicações - COOTELE.

PARÁGRAFO QUARTO – As atividades a serem executadas pela equipe técnica podem ser demandadas diretamente pelo ADM Telecom (via Central de Serviços, na intranet), pela caixa corporativa stmovel@senado.gov.br, pelos ramais vinculados ao grupo “1001” ou pessoalmente na sala do SETEMO. No caso de demandas originadas pessoalmente, por e-mail ou telefone, a equipe técnica deverá registrar a abertura de Ordem de Serviço no ADM Telecom no prazo máximo de 30 minutos.

PARÁGRAFO QUINTO – As atividades terão o prazo máximo para sua execução conforme Tabela 2.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO – Para as atividades (itens 14 a 35 da Tabela 2), em função de algumas delas dependerem da intervenção de terceiros (ativação de linha, habilitação de roaming internacional, transferência de titularidade, etc.) ou de não haver como determinar um prazo para sua conclusão (transferência de dados, acompanhamento de técnicos das operadoras, *back-up* de aparelhos, instrução de uso, etc.), o prazo controlado para apuração do ANS será o tempo máximo decorrido entre a oficialização da demanda e o início do atendimento.

Tabela 2 – Tempo Máximo de Execução para as Atividades

Item	Atividades	Tempo máximo de execução (hh:mm)	Tempo máximo para início da execução (hh:mm)
1	Organização e classificação das faturas das operadoras de telefonia móvel	02:00	NA
2	Digitalização de documentos	01:00	NA
3	Elaboração de expedientes administrativos	02:00	NA
4	Sistema SIGAD (recebimento de documentos e processos)	00:30	NA
5	Atualização das listas de acessos dos usuários do SMP (Senadores e Servidores)	02:00	NA
6	Controle das dispensas, exonerações, aposentadorias e cessões dos usuários do SMP	02:00	NA
7	Instrução de processos referentes às solicitações das prestadoras do SMP (acesso dos técnicos aos equipamentos)	04:00	NA
8	Instrução de processos referentes às novas habilitações de linhas ou às atualizações de responsáveis	02:00	NA
9	Atualização dos cadastros de usuários, aparelhos e linhas em sistema próprio (ADM Telecom)	02:00	NA
10	Conferência e auditoria das faturas do SMP	72:00	NA
11	Controle e apuração dos excedentes de cota	48:00	NA
12	Empréstimo de linhas	02:00	NA
13	Elaboração de Relatórios Gerenciais	06:00	NA
14	Ativação, bloqueio e suspensão de linhas	NA	02:00
15	Encaminhamento das falhas reportadas pelos usuários à operadora (abertura de chamados técnicos)	NA	00:30
16	Habilitação/desabilitação de <i>roaming</i> internacional	NA	02:00
17	Habilitação/desabilitação de serviços (caixa postal, siga-me, identificador de chamadas, etc)	NA	02:00



SENADO FEDERAL

18	Troca de número	NA	02:00
19	Troca de SIM CARD	NA	02:00
20	Comunicação dos casos de furto, roubo ou extravio à operadora (encaminhamento de BO)	NA	02:00
21	Contratação de pacotes adicionais de dados	NA	01:00
22	Abertura de procedimento de transferência de titularidade de linhas	NA	04:00
23	Abertura de procedimento de portabilidade de linhas	NA	04:00
24	Manutenções corretivas em primeiro nível (ajustes e configurações de linhas e/ou aparelhos);	NA	01:00
25	Transferência, configuração e sincronização de agenda e/ou correio eletrônico	NA	02:00
26	Transferência de dados dos aparelhos celulares para outros aparelhos, para dispositivos de armazenamento portátil ou para computadores	NA	02:00
27	Instrução de uso dos aparelhos disponibilizados aos usuários do SMP	NA	02:00
28	Programação e configuração de aparelhos entregues aos usuários do SMP	NA	02:00
29	Back-up dos aparelhos celulares, mediante solicitação dos usuários do SMP	NA	02:00
30	Atualização do software dos aparelhos celulares, mediante solicitação dos usuários do SMP	NA	02:00
31	Restauração às configurações de fábrica dos aparelhos colocados em estoque e daqueles devolvidos à contratada do SMP	NA	02:00
32	Acompanhamento de serviços prestados por técnicos das prestadoras do SMP (teste de sinal, manutenções, implantações, etc.)	NA	01:00
33	Atendimento personalizado aos Gabinetes	NA	00:30
34	Atendimento personalizado às Residências Oficiais	NA	02:00
35	Atendimento personalizado às Unidades Administrativas	NA	01:00

I- Desconto por falta de Qualidade no Atendimento (DQA): é o desconto aplicado na Nota de Avaliação (NA) para cada serviço considerado como ruim ou péssimo.

- O **DQA** será apurado diariamente;
- Os dados para a apuração do **DQA** serão obtidos a partir das respostas ao questionário que a COOTELE enviará a uma amostra dos usuários que solicitaram ou receberam o serviço. Essa amostra será selecionada pelo fiscal e corresponderá a, no mínimo, 30% (trinta por cento)



SENADO FEDERAL

dos serviços realizados no mês;

- c. O questionário será encaminhado ao solicitante/recebedor do serviço com um *link*, que dará acesso à avaliação na página COOTELE, na intranet do Senado Federal, perguntando como o usuário avalia o serviço executado, se ÓTIMO, BOM, RUIM ou PÉSSIMO. Além disso, haverá um campo para observações que achar pertinente;
- d. O cálculo do DQA será efetuado com auxílio de planilha eletrônica, onde, para cada serviço avaliado como RUIM ou PÉSSIMO, será imputado -1 (um ponto negativo) na nota final da Nota de Avaliação – NA conforme fórmula abaixo:

$$DQA = QR + QP$$

Descrição dos Registros e Siglas

Descrição do Registro para DQA	Sigla
Quantidade de Serviços Avaliados como Ruim no mês	QR
Quantidade de Serviços Avaliados como Péssimo no mês	QP

- e. Os serviços avaliados como excelente ou bom terão nota zero e não pontuarão para efeito do cálculo do DQA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO realizará avaliação dos Serviços no Mês SEM Contingência, conforme Critérios de Avaliação estabelecidos abaixo:

- I-** O cálculo da Nota de Avaliação (NA) será efetuado pelo SENADO, conforme abaixo:
- a. A nota inicial no primeiro dia do mês será de 100 pontos;
- b. Os pontos perdidos serão calculados conforme descrito na tabela de avaliação apresentada na Cláusula Quinta do Parágrafo quarto Critérios de Avaliação.
- c. O Desconto por Falta de Qualidade no Atendimento (DQA) será calculada mensalmente conforme fórmula do inciso II do item 5;
- d. A Nota de Avaliação do mês será calculada por meio da seguinte fórmula:

$$Nota\ de\ Avaliação\ (NA) = 100 - \sum_{i=1}^N PP_{NSi} - DQA$$

Onde:

- PP_{NSi} representa o quantitativo dos Pontos Perdidos em cada dia por desempenho insatisfatório no Nível de Serviço (NS);
- N representa o número de dias do mês;
- DQA - Desconto por falta de Qualidade no Atendimento.



SENADO FEDERAL

II- Sempre que a Nota de Avaliação atingir valor inferior a 90,00 (noventa) pontos poderá ser aplicada, através de proposição da Contratante que considerará as justificativas apresentadas, glosas à contratada de acordo com tabela pré-estabelecida.

PARÁGRAFO OITAVO – Será considerado mês COM contingência quando o fluxo normal de serviços seja alterado por caso fortuito ou força maior.

I- Os dias com contingência serão desconsiderados para efeito de cálculo da nota de avaliação (NA);

II- Para esse mês com contingência, serão considerados, para efeito do cálculo da nota de avaliação (NA), apenas os dias sem caso fortuito ou força maior.

PARÁGRAFO NONO - O SENADO acompanhará o cumprimento diário do nível de serviço (NS) descrito no inciso I do Parágrafo Segundo dessa Cláusula. De acordo com seu valor, serão aplicadas as pontuações para cálculo dos pontos perdidos no mês, conforme abaixo:

Tabela 4 – Critérios de Avaliação

Item	Descrição	Periodicidade de Apuração	Faixa	Pontos Perdidos por Desempenho Insatisfatório (PP)
01	Nível de Serviço - NS	Diária	$90,00\% \leq NS \leq 100,00\%$	0,0
			$80,00\% \leq NS < 90,00\%$	1,0
			$70,00\% \leq NS < 80,00\%$	2,0
			$60,00\% \leq NS < 70,00\%$	3,0
			$NS < 60,00\%$	4,0

PARÁGRAFO DÉCIMO - Para atender à Avaliação dos Serviços, sempre que a Nota de Avaliação (NA) atingir valor inferior a 90,00 (noventa) pontos será aplicada glosa à fatura apresentada pela contratada, conforme planilha abaixo:

Tabela 5 – Glosas na Fatura Apresentada para Avaliação dos Serviços

Item	Nota de Avaliação	Notificação/Glosa
01	$NA \geq 90$	Sem aplicação de glosas à Contratada.
02	$80,00 \leq NA < 90,00$	Notificação registrada no Livro de Ocorrências.
03	$70,00 \leq NA < 80,00$	Glosa de 3,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
04	$60,00 \leq NA < 70,00$	Glosa de 6,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
05	$50,00 \leq NA < 60,00$	Glosa de 10,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
06	$NA < 50,00$	Glosa de 15,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.



SENADO FEDERAL

07	02 (duas) Notificações em meses consecutivos.	Glosa de 3,00% sobre valor faturado no mês de aplicação da segunda Notificação.
Item	Nota de Avaliação (NA)	Notificação/Glosa
08	01 (uma) Glosa e 01 (uma) Notificação em meses consecutivos.	Glosa de 3,00% sobre valor faturado no mês de aplicação da Notificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos casos em que a Nota de Avaliação (NA) for menor que 50 (cinquenta), além da glosa, poderão ser aplicadas outras sanções relativas à execução parcial do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITO EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS), contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;



SENADO FEDERAL

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I - A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores depositados em garantia serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O Senado Federal poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para implementação e manutenção do DGBM.

I - No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de **R\$ 40.799,88** (quarenta mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), correspondente a mão de obra, conforme proposta da CONTRATADA, documento nº 00100.004412/2018-28, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

I - O valor mensal poderá ser ajustado após aplicação de eventuais glosas decorrentes do Acordo de Nível de Serviços (ANS), nos termos da Cláusula Quinta.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
ITEM	CATEGORIAS	QTDE	Custo Unitário	Custo Mensal
1	Auxiliar Técnico	6	R\$ 6.799,98	R\$ 40.799,88
TOTAL MENSAL				R\$ 40.799,88
TOTAL ANUAL (12 meses)				R\$ 489.598,55

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O preço global anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de **R\$ 489.598,55** (quatrocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), compreendendo todas as



SENADO FEDERAL

despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XV da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo gestor, mediante o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO QUARTO - O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do parágrafo oitavo e à apresentação de:

I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, quando for o caso deste pagamento pela CONTRATADA, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido.

II - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e ainda, extratos individuais do INSS e FGTS dos empregados vinculados ao contrato;

III - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

V - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;



SENADO FEDERAL

VI - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário, observado o que trata o inciso XV da Cláusula Segunda deste instrumento, no caso de eventual prestação de serviços extraordinários; e

VIII - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira do contrato.

XIX - declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, de que conste:

- a) mês de referência;
- b) nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;
- c) valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;
- d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale- alimentação;
- e) campos para observações e assinaturas.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sexta serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação do gestor do contrato ou, nos casos em que se enquadrem no § 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO OITAVO - Eventual(is) irregularidade(s) constatada(s) na apresentação dos documentos elencados no Parágrafo Quinto ensejará(ão) a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO NONO - A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso X da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista no parágrafo oitavo da Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO DÉCIMO - No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal apresentado ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo sexto desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo sexto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

A repactuação deste contrato é permitida para os valores provenientes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho exclusivamente para os itens de custos de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes a despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, constantes da Planilha de Preços de Mão de Obra do Anexo 07, serão reajustados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivos de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada através de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO - O primeiro reajuste dos itens mencionados no parágrafo anterior levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade da repactuação será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra da contratação.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos a mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO OITAVO– Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO NONO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de preclusão do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho



SENADO FEDERAL

relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01031055140615664 e Natureza de Despesa 339034, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº 2018NE000036, datada de 5 de janeiro de 2018.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 24.479,93** (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo



SENADO FEDERAL

Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da via assinada do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Quinta.

I - A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II - Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO - O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;



SENADO FEDERAL

III – prejuízos causados ao SENADO e/ou a terceiros decorrentes de responsabilidade civil da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV – obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

V – prejuízos decorrentes de acidentes de trabalho oriundos da execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A garantia apresentada será avaliada pelo SENADO, não se admitindo qualquer restrição ou condicionante à sua plena execução, sobretudo se apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III do caput desta cláusula, garantia que será rejeitada se houver exclusão ou omissão de quaisquer das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, nos termos do parágrafo anterior.

PARÁGRAFO NONO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

II – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



SENADO FEDERAL

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I - apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades ali previstas.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato e este poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUINTO – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou sua execução de forma insatisfatória, excluídas as infrações detalhadas constantes no Parágrafo Nono, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quinto, inciso II, da Cláusula Sétima, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do parágrafo décimo sexto.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos §§ 5º e 6º, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Primeira sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 2,00% (*dois por cento*), contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no parágrafo nono da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO NONO - Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de fornecer, em prazo estipulado pelo gestor, a relação nominal, em meio digital, dos empregados em serviço nas dependências do Senado Federal.
3	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado e por ocorrência.
4	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia.
5	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas, por ocorrência.
6	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do Senado Federal, por ocorrência.
7	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por dia.
8	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto, por dia.

GRAU 2	
0,5% (cinco décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
9	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por dia.
10	Deixar de atender à convocação do fiscal para prestação de serviços em horário e dia



SENADO FEDERAL

	extraordinários, por ocorrência.
11	Deixar de comunicar ao fiscal e de registrar no Livro de Ocorrências as anormalidades verificadas na execução dos serviços, por ocorrência.
12	Deixar de substituir o empregado por outro que atenda às mesmas qualificações com relação ao substituído, quando solicitado pelo gestor deste contrato, por ocorrência.
13	Manter profissional não qualificado em serviço, por ocorrência.
GRAU 3	
1,5% (um e meio por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
14	Deixar de cumprir as exigências relativas à higiene e segurança do trabalho e às normas disciplinares e orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.
15	Deixar de fornecer o relógio de ponto, com coletor biométrico, em até 30 dias corridos após início da execução do contrato.
16	Deixar de fornecer os uniformes, em até 30 dias corridos após o início da execução do contrato, por empregado.
17	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por ocorrência.
18	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado, por ocorrência.

GRAU 4	
3,0% (três por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
19	Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação, sem anuência do fiscal.
20	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado e por dia.
21	Deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência e por dia.
22	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.
23	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.
24	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.
25	Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nos quadros do parágrafo anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Para os casos de infrações contratuais não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 4, em razão da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os percentuais previstos nesta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos parágrafos segundo e quarto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do parágrafo quinto da cláusula Décima Quarta, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II – a não reincidência da infração;
- III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela



SENADO FEDERAL

decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no parágrafo décimo sexto.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Ao final da vigência contratual e após quitadas todas as verbas trabalhistas e previdenciárias, incluindo as rescisórias, havendo saldo existente no DGBM, este poderá ser utilizado para pagamento das penalidades contratuais, observado o Parágrafo Décimo Nono.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma dos parágrafos décimo nono e vigésimo, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da referida lei.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXX da Cláusula Segunda e do Parágrafo Quinto da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, 01 de FEVEREIRO de 2018.

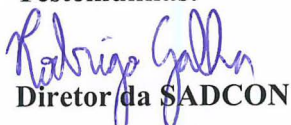

ILANA TROMBKA

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL


LINÁRIO MARÇAL

A7 TECHNOLOGY BUSINESS AND SERVICE LTDA.

Testemunhas:


Diretor da SADCON


Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2018\MINUTA\CONTRATO\G7 TECHNOLOGY - CT NOVO - 003905 2017-31 (WE).docx



Empresa A7 TECHNOLOGY BUSINESS AND SERVICE LTDA.
CNPJ 05.221.579/0001-36
Data Proposta 05/12/2017

GRUPO 1				
ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	PROPOSTA EMPRESA	
			PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	AUXILIAR TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES	6	R\$ 6.799,98	R\$ 40.799,88
	TOTAL MENSAL	6		R\$ 40.799,88
	TOTAL ANUAL			R\$ 489.598,55



COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT 2016/2018 SINTTEL/DF x SINDIMEST/DF N° DF000579/2016

AUXILIAR TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES

CCT	CCT 2016/2018 SINTTEL/DF x SINDIMEST/DF N° DF000579/2016		
CATEGORIA	AUXILIAR TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		3.001,77
	Adicional Noturno		-
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Horas Extras		-
	Adicional Noturno Sobre Horas Extras		-
	Súmula 444 TST		-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 3.001,77
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		330,00
	Auxílio Alimentação		486,64
	Cesta Básica (Cláusula 13ª CCT)		122,52
	Café da Manhã (Cláusula 14ª CCT)		61,26
	Assistência Médica e Odontológica (Cláusula 16ª CCT)		100,00
	Seguro de Vida em Grupo (Cláusula 17ª CCT)		7,92
	Auxílio Funeral (Cláusula 17ª CCT)		2,50
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			1.110,84
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
	Uniformes		116,60
	Materiais e Insumos		-
	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)		-
	Comunicação (Rádio e etc)		-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			116,60
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	0,00%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	45,03
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	30,02
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	6,00
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	75,04
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00%	240,14
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (2,00%)	1,00%	30,02
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	18,01
	arredondamento		-
TOTAL :		14,80%	444,26
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	250,05
	Subtotal	8,33%	250,05
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,23%	37,01
	arredondamento		-
TOTAL :		9,56%	287,06
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade (Férias pagas ao Substituto pelos 120 dias de Reposição)	0,0741%	2,22
	Incidência do 4.1 sobre as Férias pagas ao Substituto pelos 120 dias de Reposição	0,0110%	0,33
	Incidência do 4.1. sobre a Remuneração e o 13º Salário proporcionais aos 120 dias de Reposição	0,1069%	3,21
	arredondamento		-
TOTAL :		0,19%	5,76
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,4167%	12,51
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,0333%	1,00
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado	0,2389%	7,17
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,8472%	55,45
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,2734%	8,21
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado	4,5389%	136,25
	arredondamento		0,01
TOTAL :		7,35%	220,60
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	0,0000%	-
	Adicional de Férias	2,7800%	83,45
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	1,6667%	50,03
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,0583%	1,75
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,2778%	8,34
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,3333%	10,01
	Outros	0,0000%	-
	Subtotal	5,1161%	153,57
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,7572%	22,73
	arredondamento		0,01
TOTAL :		5,87%	176,31
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	14,8000%	444,26
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	9,5628%	287,06
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,1919%	5,76
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	7,3484%	220,60
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	5,8733%	176,31
TOTAL :		37,7764%	1.133,99
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 5.363,20
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	1,0000%	53,63
B	LUCRO	1,9966%	108,15
C	TRIBUTOS	18,7500%	1.275,00
C.1	PIS	1,6500%	112,20
C.2	COFINS	7,6000%	516,80
C.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	340,00
C.4	Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013)	4,5000%	306,00
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		19,75%	1.436,78
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	6.799,98

	%	DGBM PROPOSTA	
Férias + terço constitucional de férias	11,11%	R\$	333,50
13º salário (submódulo 4.2)	8,33%	R\$	250,05
Incidência do submódulo 4.1 sobre Férias, terço constitucional de férias e 13º salário	2,88%	R\$	86,36
Multa do FGTS e Contribuição Social (Somatório Multas Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado)	4,78%	R\$	143,42
Subtotal DGBM		R\$	813,33
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	1,00%	R\$	8,13
Lucro (módulo 5)	2,00%	R\$	16,40
TOTAL DGBM		R\$	837,86





Empresa A7 TECHNOLOGY BUSINESS AND SERVICE LTDA.
CNPJ 05.221.579/0001-36
Data Proposta 05/12/2017

RESUMO GERAL - DGBM				
VALORES A SEREM PROVISIONADOS - Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM				
ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	AUXILIAR TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES	6	R\$ 837,86	R\$ 5.027,17
	TOTAL MENSAL	6		R\$ 5.027,17
	TOTAL ANUAL			R\$ 60.326,05



Empresa A7 TECHNOLOGY BUSINESS AND SERVICE LTDA.
CNPJ 05.221.579/0001-36
Data Proposta 05/12/2017

RESUMO GERAL DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO dos Valores a serem Provisionados por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM

Item	CATEGORIAS	QTDE ATUAL	Férias + terço constitucional de férias	13º salário (4.2)	Incidência do 4.1.(Mod. 4) sob (férias + 13º + 1/3)	Multa do FGTS e da Contribuição Social (4.4)	Taxa Adm. (Mod. 5)	Lucro (Mod. 5)	VALOR UNITÁRIO
1	AUXILIAR TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES	6	R\$ 333,50	R\$ 250,05	R\$ 86,36	R\$ 143,42	R\$ 8,13	R\$ 16,40	R\$ 837,86
	TOTAL MENSAL	6	R\$ 2.000,98	R\$ 1.500,28	R\$ 518,19	R\$ 860,51	R\$ 48,80	R\$ 98,40	R\$ 5.027,16
	TOTAL ANUAL		R\$ 24.011,76	R\$ 18.003,42	R\$ 6.218,25	R\$ 10.326,09	R\$ 585,58	R\$ 1.180,80	R\$ 60.325,89

